



TRABALHO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS(AS) NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: RAÇA/ETNIA, GÊNERO E CLASSE EM DEBATE

Laura Alves Scherer¹
Vanessa Amaral Prestes²

Resumo: Indivíduos que migram de um local a outro, desde a Antiguidade, eram considerados como “os outros”. Atribuições estas, relativas ao caráter provisório comumente atribuído à imigração, limitam o acesso desses indivíduos a uma existência plena, e os condiciona ao status de não pertencentes àquela sociedade. Considera-se que marcadores relativos à raça/etnia, ao gênero e à classe influenciam de modo substancial nessa dinâmica. O presente artigo tem como objetivo discutir sobre o trabalho de migrantes e refugiados(as), considerando a teoria interseccional a partir da interlocução entre raça/etnia, gênero e classe. A interseccionalidade proporciona tomar tais marcadores de modo indissociável, com influência mútua e, consequentemente, com implicações nas experiências migratórias relativas ao trabalho e à vida. Argumenta-se que tal articulação contribui como uma proposta teórico-analítica para os estudos sobre trabalho na migração e no refúgio. Como principais contribuições, destacam-se: (i) a racialização a partir do processo migratório, que homogeniza determinadas raças/etnias em detrimento de outras, produz diferenças e novas formas de discriminação e desigualdade; (ii) os tensionamentos das relações de gênero no país de origem e de destino, apontando para direcionamentos e opressões no mercado de trabalho a depender do gênero; e (iii) a mobilidade social de classe - ascendente ou descendente - decorrente da migração e refúgio, desencadeada em conjunto com os demais marcadores.

Palavras-chave: Migrantes. Refugiados. Trabalho. Teoria Interseccional.

Introdução

Indivíduos que migram de um país a outro, desde a Antiguidade, eram considerados como os outros, intrusos ou estranhos. Na literatura, encontram-se diversas terminologias para nomear essas pessoas migrantes. Nomenclaturas como expatriados, autoexpatriados, cidadãos globais, nômades contemporâneos, refugiados, diáspora, transnacionais, entre outras, são correntes. O ponto em comum entre esses termos volta-se à migração, isto é, são indivíduos que atravessam fronteiras, sendo todos migrantes, emigrantes e imigrantes (SCHERER; PRESTES; GRISCI, 2019). O presente artigo, portanto, traz reflexões sobre todos os tipos de migrantes, mas em especial sobre imigrantes e refugiados que chegam no país de destino em situação de incerteza, vulnerabilidade e buscam por trabalho para recomeçarem suas vidas.

¹ Doutora em Administração PPGA/EA/UFRGS. Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Brasil. lauralvescherer@gmail.com

² Doutora em Administração PPGA/EA/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. vanessa.amaral.prestes@gmail.com



Estudiosos referência como Sayad (1998) indicam que atribuições relativas ao caráter provisório comumente associado à imigração limitaria o acesso desses indivíduos a uma existência plena, e os condiciona ao status de não pertencentes e de não convidados àquela sociedade para a qual migraram. Contudo, entende-se que não é apenas o fato de ser estrangeiro, nem apenas a nomenclatura atribuída a ele que marca as experiências dos migrantes no país de destino. Assume-se que coexistem dimensões como gênero, raça e classe que marcam e direcionam as vivências desses indivíduos.

Compreendê-las em uma perspectiva interseccional, de modo que um marcador não se sobrepõe ao outro e nem é observado separadamente, (CRENSHAW, 2004; FRAGA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2020; HIRATA, 2014; HWANG; BEAUREGARD, 2021; PISCITELLI, 2008), permite ampliar as lentes de análise da migração. Hwang e Beauregard (2021) e Piscitelli (2008), por exemplo, realizaram estudos com mulheres migrantes do leste asiático e brasileiras, respectivamente, e corroboram que coexistem opressões na experiência, a depender da localização, que interferem nos contextos interpessoais, organizacionais e sociais como desvantagens e privilégios.

Nesse sentido, considera-se que adicionar o olhar interseccional permite visibilizar mais amplamente a experiência migratória, uma vez que marcadores relativos à raça/etnia, ao gênero e à classe influenciam de modo substancial e conjunto nessa dinâmica. Tendo esse cenário como horizonte, o presente artigo tem como **objetivo discutir sobre o trabalho de migrantes e refugiados(as), considerando a teoria interseccional a partir da interlocução entre raça/etnia, gênero e classe**. A interseccionalidade proporciona tomar tais marcadores de modo indissociável, com influência mútua e, consequentemente, com implicações nas experiências migratórias relativas ao trabalho. Argumenta-se, portanto, que tal articulação contribui como uma proposta teórico-analítica para os estudos sobre trabalho na migração e refúgio.

Interseccionalidade e migração

A questão da interseccionalidade tem origem nos estudos do feminismo negro, e passou a ser debatida academicamente a partir dos anos de 1990, especialmente com os escritos da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (HIRATA, 2014). O termo tem circulado socialmente e em âmbitos acadêmicos interdisciplinares, estando presente em discussões de áreas como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e, mais recentemente, na Administração. No Brasil, o tema ganha destaque em estudos de teóricas como Carla Akotirene e Helena Hirata.



A ideia que circunda o conceito é a de interseccionalizar o olhar sobre os atravessamentos do ser humano, contemplando, conjuntamente, categorias como raça/etnia, gênero, classe, orientação sexual, dentre outros marcadores. Compreender a interseccionalidade implica entender indivíduos marcados por sobreposições e atravessamentos que não ocorrem senão ao mesmo tempo. Assim, a partir desta compreensão, torna-se impraticável um olhar conclusivo excludente, direcionando a análise apenas para questões de gênero, ou somente de raça, por exemplo (CRENSHAW, 2004).

Discriminação racial e a discriminação de gênero operam juntas. As experiências de pessoas negras não podem ser enquadradas em uma ou em outra discriminação, por exemplo. Ambas as categorias - raça e gênero - precisam ser ampliadas para compreendermos as questões de interseccionalidade. É preciso considerá-las mutuamente, e não de modo excludente. Todos sabemos que somos compostos por uma raça e um gênero, porém a política e a justiça nem sempre observam os seres como interseccionais. A interseccionalidade aborda diferenças dentro da diferença (CRENSHAW, 2004, p. 8).

Ao considerar o contexto migratório, no qual pessoas de diferentes origens se movimentam pelo mundo, argumenta-se que o olhar precisa ser interseccional, uma vez que a experiência de mobilidade e territorialização difere substancialmente de acordo com os marcadores carregados por cada indivíduo. Para Fraga e Rocha-de-Oliveira, o olhar para a experiência migratória deve abranger diferentes marcadores, especialmente quando se observa o mercado de trabalho disponível para as pessoas que migram. “Para além das questões de gênero, também há outros elementos passíveis de análise, como diversidade de raça, etnia, idade, nacionalidade, cultura, condições econômicas e sociais, visto que não é somente em razão de baixa qualificação que ocorre a segmentação e precarização do trabalho” (FRAGA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2020, p. 766).

Piscitelli (2008) corrobora essa ideia, acrescentando que olhar para a migração com uma lente interseccional produz percepções mais amplas e dotadas de sentido, visibilizando as diferenças de cada experiência migratória e os efeitos concretos na inserção no mercado de trabalho. A autora estudou a experiência de mulheres migrantes e conclui que a origem, o gênero, a raça e a etnicidade que compõem cada migrante implica em diferenças substanciais no que diz respeito às liberdades e limitações em outros países diferentes dos seus de origem.

Nesse sentido, importa problematizar as diferentes facetas que incidem diretamente nesse processo migratório. Argumenta-se que a partir da questão racial e étnica resulte uma racialização a partir do processo migratório; a partir das questões de gênero ocorram tensionamentos das relações de gênero na origem e no destino; e a partir de um olhar sobre classe, ocorra a mobilidade social decorrente da migração e do refúgio. Tais marcadores destacam-se como influenciadores de maior ou menor liberdade e oportunidades, como se verá a seguir.



Racialização a partir do processo migratório

Conforme relatório da Agência da ONU para Refugiados, os países com maior número de pessoas em deslocamento forçado como resultado de perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos graves perturbando a ordem pública, em 2019, são Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul, Myanmar, Somália, República Democrática do Congo, Sudão e Iraque (UNHCR, 2019). Estes são considerados países do sul global, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, cujos nacionais são reconhecidos e generalizados por características relativas à raça/etnia como árabes, latinos, africanos e/ou negros. Estes indivíduos, ao atravessarem fronteiras em direção a países do norte global ou até mesmo a países do sul global onde há hegemonia populacional de brancos ocupando espaços de poder, são considerados como “os outros” (BAUMAN, 2017; BERRY; BELL, 2012; JONES, 2008) - processo social, frequentemente exposto na literatura de migração, que gera preconceito, discriminação e opressão ora de forma explícita, ora dissimulada.

A organização do mercado de trabalho de migrantes e refugiados ao redor do globo traz luz a esse processo social ao evidenciar que as ofertas e postos de trabalho ocupados por eles são os mais precarizados em relação aos dos nativos (BAUMAN, 2017; BERRY; BELL, 2012; SCHERER, 2020; VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015). O que ainda precisa ser salientado é que esse processo não diz apenas sobre a relação do nativo com qualquer estrangeiro, mas também está arraigado em relações raciais. Na pesquisa de Simões, Cavalcanti e Pereda (2019), vê-se que imigrantes europeus ocupam postos de trabalho formal mais qualificados do que imigrantes latinos, por exemplo. Nesse sentido, além do mercado de trabalho ser gerador de desigualdades sociais entre nativos e imigrantes, esse processo é agravado pela desigualdade e discriminação escalar entre imigrantes com base em suas origens nacionais e/ou cor/raça (VILELA; COLLARES; NORONHA, 2015).

No Brasil, o estudo de Vilela, Collares e Noronha (2015) demonstra que em comparação ao grupo nacional brasileiro branco, a origem/nacionalidade do imigrante tem impacto negativo sobre seu trabalho e sua condição econômica, sobretudo, ao se tratar de imigrantes de cor/raça não branca. Relaciona-se este resultado ao que aponta Gouvêa e Oliveira (2020, p. 6): “as organizações são espaços historicamente marcados pela questão racial, ainda que não de maneira explícita”. As autoras discutem o conceito de branquitude e suas relações de poder e de dominação nas estruturas organizacionais em relação à população não branca nacional – algo que fica mais evidente no contexto migratório. É importante salientar que Gouvêa e Oliveira (2020) dão ênfase à população negra



nacional, contudo, neste ensaio acrescenta-se ao debate toda a diversidade de grupos de migrantes que são denominados pela sua raça/etnia e considerados como minorias - não só africanos e negros, mas também amarelos, árabes, indígenas, latinos, etc.

A pesquisa de Scherer (2020), realizada no Brasil com migrantes e refugiados de países do sul global, ilustra esta ideia. Os resultados mostram que, embora os percursos de (sírios e venezuelanos) brancos e (haitianos e africanos) negros fossem atravessados por dificuldades e preconceitos que dificultavam a entrada no mercado de trabalho em cargos condizentes com suas formações, competências e experiências, os relatos dos negros foram acentuados por situações de racismo. O fato de ser reconhecido e apontado na rua como mão de obra barata e flexível, o afastamento dos nativos por medo ou desinteresse e a submissão a condições de trabalho análogo ao escravo são episódios que revelam o duplo peso carregado por serem migrantes do sul global e por serem negros.

“Essa realidade se associa à persistência das raízes escravocratas da história do Brasil, conforme já apontado em pesquisas como a de Villen (2015a) e Bóguis Fabiano (2015). Vê-se, ainda, que o funcionamento do sistema de colonização do passado reflete-se no presente com novas formas de atuação. Países do sul como o Brasil foram ensinados —a não enxergar sua realidade social, a negar sua própria história, suas culturas e identidades dela derivadas (VILLEN, 2015a, p. 261) e assim, replicam os mesmos preconceitos que ocorrem em países do norte global” (SCHERER, 2020, p. 210-211).

Em linha com Gouvêa e Oliveira (2020), evidencia-se que o debate sobre raça/etnia deve abranger a análise da estrutura social, para além da análise de comportamentos individuais. No contexto migratório, isso requer olhar não apenas para as situações de preconceito, xenofobia e exclusão de migrantes e refugiados não brancos, mas também aos agentes que detém poder e seus mecanismos de dominação para manter esses grupos à margem social.

Tensionamentos das relações de gênero no país de origem e de destino

As oportunidades de emprego para migrantes, em âmbito global, não estão equalizadas entre homens e mulheres (OIT, 2015). Apesar de avanços em direção à equidade, sobretudo a partir do século XX, a migração ainda é considerada uma questão masculina. Conforme Moreira (2018, p. 53), “de forma geral, as mulheres migram menos do que os homens por motivo de trabalho e mais por conta de laços familiares (normalmente, em relação a um homem) do que por motivos autônomos”.

Segundo Tedesco (2010, p. 1), ainda são incipientes os estudos que contemplam questões de gênero no processo migratório, especialmente os que problematizam o trabalho das mulheres. Para o



autor, os estudos acabam por “enquadrá-las em algumas dimensões negativas como prostituição, maior facilidade de exploração do trabalho, desconfiança de problemas familiares e, portanto, de fuga do espaço de origem”. O status negativo, historicamente associado à imigração e ao refúgio (SAYAD, 1998), é um gerador de dupla discriminação. Nesse sentido, é imprescindível que se fale de imigração e refúgio considerando gênero, visto que as experiências podem ser consideravelmente distintas.

A questão de gênero para mulheres imigrantes e refugiadas perpassa pelos papéis de gênero no seu país de origem e no de acolhimento. Esse é o foco do estudo de Knappert, Kornau e Figengül (2018), que destacam o tratamento inferiorizado que a mulher recebe em relação ao homem, especialmente pela construção patriarcal das sociedades, pela sua vulnerabilidade a diferentes formas de exploração e pela dependência de um companheiro.

O mercado de trabalho tende a ser mais acessível para um homem refugiado do que para uma mulher refugiada. Esta diferença é evidenciada tanto em estudos quantitativos (CHEUNG; PHILLIMORE, 2017), quanto qualitativos (OLIVIUS, 2016; KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018). Em geral, os setores que, empregam mulheres são historicamente generificados, considerados como femininos e atribuídos a mulher como algo inerente a ela, a exemplo da indústria e o comércio de roupas e maquiagem (BERRY; BELL, 2012; CONNELL; PEARSE, 2015; KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018).

Segundo Connell e Pearse (2015, p. 49) “padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero”. É o que mostra o estudo de Knappert, Kornau e Figengül (2018), ao chamar a atenção para a situação de mulheres sírias refugiadas que passaram por uma mudança de seus papéis de gênero com a migração para a Turquia. Enquanto no seu país de origem existem barreiras que as impediam de trabalhar, ao migrarem, elas conquistaram o primeiro emprego.

No que diz respeito à formação de uma rede de contatos e de cooperação em contexto de migração, nota-se um importante atravessamento relativo a gênero. Em geral, no país de destino, homens imigrantes e refugiados possuem hábitos de socialização e, consequentemente, criam uma rede que pode facilitar o acesso à educação e ao trabalho. No caso de mulheres, embora tenham acesso à educação e treinamentos, contam com uma limitação quando considera-se o acesso ao mercado de trabalho. Em geral, não possuem a mesma liberdade para circulação e formação de uma rede de cooperação como os homens, ocupando grande parte do tempo desempenhando papéis de mães, esposas e de donas de casa (CHEUNG; PHILLIMORE, 2017).



Para as mulheres que migram sem um parceiro/cônjuge, são restritas as opções de desenvolvimento profissional e recolocação no mercado do país de destino. Por conseguinte, são induzidas a entrarem em casamentos por conveniência (KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018), pois são consideradas como úteis para exercerem papéis domésticos; a se renderem a condições de exploração tanto no trabalho quanto na sociedade, especialmente nas mais patriarcais (OLIVIUS, 2016; KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018); ou condicionadas a ficarem dependentes do Estado (CHEUNG; PHILLIMORE, 2017).

A objetificação e a exploração de mulheres imigrantes e refugiadas no trabalho emerge em diversos estudos. Elas são submetidas desde a salários inferiores, até a violações trabalhistas específicas de gênero (POSTER; WILSON, 2008; BERRY; BELL, 2012). Há casos de supervisores que pedem massagens (KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018), solicitam testes de gravidez pré-emprego, demitem por engravidar e assediam moral e sexualmente (BERRY; BELL, 2012). Para as mulheres, a imigração ou o refúgio é o momento em que se está mais vulnerável à exploração, assédio moral e sexual (BERRY; BELL, 2012). Segundo Knappert, Kornau e Figengül (2018), além de estarem em um território que não é familiar, podem desconhecer seus direitos enquanto mulheres naquela sociedade, deixando-as dependentes dos cônjuges.

Cabe salientar que muitos indivíduos se tornam refugiados por serem perseguidos em seus países em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Neste caso, mesmo estando em um país de refúgio que seja acolhedor e com direitos reconhecidos com relação à gênero e sexualidade, casos de violência e preconceito não devem ser desconsiderados (POSTER; WILSON, 2008; MURRAY, 2014).

Em determinadas culturas e em certos âmbitos as atividades consideradas subalternas e precárias para mulheres nativas podem ser uma possibilidade de emancipação e protagonismo para mulheres imigrantes e refugiadas, uma vez que em seus países de origem não contavam com a possibilidade de trabalho fora de casa. Há, portanto, na imigração, uma possibilidade de singularização da mulher. Conforme dizem Milesi e Marinucci (2016, p.58), “se, no passado, mães, filhas ou irmãs costumavam acompanhar homens que viajavam para o exterior e lá permaneciam, hoje, cresce cada vez mais o número de mulheres com um projeto migratório individual”.

Mobilidade social de classe decorrente da migração e refúgio



A classe, enquanto importante marcador social de diferenças, deve estar articulada no debate sobre o trabalho de imigrantes e refugiados(as). Para Turner (2015), os Estados segregam espacialmente esses migrantes de certas classes socioeconômicas, que os consideram excedentes para as exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, imigrantes e refugiados(as), enquanto indivíduos que saem involuntariamente de seus países de origem, carregam consigo o peso de serem considerados como intrusos, como os outros (BAUMAN, 2017; BERRY; BELL, 2012; JONES, 2008), ou como os cidadãos de segunda classe (HILÁRIO et al., 2018).

O estudo de Hilário et al. (2018) apresenta a perspectiva de classe com base no contexto social de jovens imigrantes e refugiados no Canadá. A análise revelou três narrativas predominantes: (i) uma vida melhor – relacionada ao acesso a segurança física, política, econômica e social; (ii) viver o sonho (imigrante) – relacionada à possibilidade de viver em uma nação economicamente mais próspera, inclusiva e justa em comparação ao seu país de origem, onde há oportunidades para alcançar a mobilidade de classe ascendente; e (iii) recomeçar “de baixo” – relacionada à angústia que os jovens experimentaram em se esforçar para se integrar, a exemplo do aprendizado de um novo idioma, da tentativa de entender a cultura e o humor “canadense” e o sistema educacional. O teor dessas narrativas perpassava pela resistência cotidiana ao sentimento de ser considerado um “cidadão de segunda classe”.

Recomeçar de baixo também pode dizer das oportunidades que surgem para imigrantes e refugiados(as) no mercado de trabalho. São aquelas que sobram, por vezes em condições precárias, que não despertam tanto interesse dos nativos (BAUMAN, 2017). Contudo, nesse ensejo, o que está em jogo, inicialmente, é ter a renda mínima para a sobrevivência. Nos países que permitem visto e trabalho para imigrantes e refugiados(as), o espaço que se destina a eles são as fábricas, construções, restaurantes e setor de serviços, empresas que oferecem empregos de muitas horas de trabalho (relatos de até 13 horas por dia), com baixos salários (BAUMAN, 2017; KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018). Outro destino frequente é o mercado de trabalho informal (KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018), no qual eles podem ter melhor rendimento financeiro, mas precisam trabalhar mais horas e se encontram sozinhos, desprotegidos por uma empresa ou pelo Estado.

Embora para Mayrhoffer, Meyer e Steyrer (2007) seja no contexto de origem que se encontram questões de classe relacionadas aos antecedentes de estudo/formação e trabalho, em uma pesquisa com refugiados(as) sírios(as) na Turquia, Knappert, Kornau e Figengül (2018) revelam que seus empregos atuais não correspondiam à sua educação, experiência ou expectativas, mas sim a uma necessidade de sobrevivência. E em comparação com os nativos, seus salários eram mais baixos,



mesmo executando a mesma função. Para os autores, o principal fator que limita o acesso a oportunidades melhores e de desenvolvimento de carreira é a competência linguística. A maioria das empresas exige que o estrangeiro fale o idioma do país fluentemente (CHEUNG; PHILLIMORE, 2017; KNAPPERT; KORNAU; FIGENGÜL, 2018).

A rede de contatos pessoais ou com organizações formais realizada no país de migração é outro fator que auxilia a conseguir melhores vagas no mercado de trabalho. A pesquisa de Cheung e Phillipmore (2017) com refugiados(as) no Reino Unido mostra que, com o tempo, as redes de contato vão se multiplicando e, para quem já tem nível educacional mais elevado, as chances de fazer contatos formais se elevam.

Em relação às condições de vida que dizem dos espaços circulantes de determinadas classes, Cheung e Phillipmore (2017) comentam que em alguns países há políticas públicas que oferecem alojamentos sociais temporários para refugiados(as). Com o tempo, eles devem buscar sua própria habitação, porém muitos passam períodos consideráveis sem teto ou alugando casas de baixa qualidade, o que acaba afetando sua saúde física e psicológica e desviando sua atenção do trabalho.

A seguir, são apresentadas as reflexões finais articulando raça/etnia, gênero e classe no trabalho de imigrantes e refugiados(as). Ressalta-se esse diálogo interseccional como necessário, pois são marcadores que, juntos, acompanham homens e mulheres por onde quer que transitem.

Reflexões finais

Neste artigo buscou-se **discutir sobre o trabalho de migrantes e refugiados(as), considerando a teoria interseccional a partir da interlocução entre raça/etnia, gênero e classe**. Logo, apresentou-se estudos que evidenciam a diferenciação que estes marcadores sociais produzem nas experiências de inserção e atuação de imigrantes e refugiados(as) no mercado de trabalho e na dinâmica de suas relações de trabalho. Foi possível notar os grupos minoritários de imigrantes e refugiados(as) em espaços subalternizados que, por sua vez, são gerenciados por grupos historicamente dominantes (brancos, homens e elite social).

A nacionalidade, o fenótipo e a cultura étnica identificam grupos de imigrantes e refugiados(as) em um processo denominado racialização, que por sua vez, é fator motivador de barreiras ou exclusão no mercado de trabalho de minorias étnico-raciais em relação a grupos majoritários. A racialização está alinhada ao racismo pois, muito embora tenham conotações distintas, na realidade social frequentemente se encontram.



A imigração e o refúgio são, ainda, de modo predominante, movimentos de protagonismo masculino. As imigrantes e refugiadas mulheres possuem maior grau de escolaridade que os homens, porém enfrentam mais barreiras no mercado de trabalho, por conta dos estereótipos de gênero e acúmulo de opressões.

Ser imigrante ou refugiado(a) também se apresenta como indicativo de pertencimento a uma classe baixa no contexto no país de destino, mesmo para aqueles(as) que pertenciam a classe média/alta em seus países de origem. Independentemente da origem/formação/qualificação, existe um mercado de trabalho direcionado para esse(a) imigrante e refugiado(a), que é, em geral, aquele onde o nativo não quer atuar.

Como principais contribuições, destacam-se como reflexão: (i) a racialização a partir do processo migratório, que homogeniza determinadas raças/etnias em detrimento de outras, produz diferenças e novas formas de discriminação e desigualdade; (ii) os tensionamentos das relações de gênero no país de origem e de destino, apontando para direcionamentos e opressões no mercado de trabalho a depender do gênero; e (iii) a mobilidade social de classe - ascendente ou descendente - decorrente da migração e refúgio, desencadeada em conjunto com os demais marcadores.

Por fim, ressalta-se a importância da proposta da interseccionalidade nos estudos sobre trabalho de migrantes e refugiados, uma vez que dizem respeito a um grupo heterogêneo, mesmo quando se trata de um grupo de mesma nacionalidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BERRY, D. P.; BELL, M. P. ‘Expatriates’: Gender, Race and Class Distinctions in International Management. *Gender, Work and Organization*, v. 19, n. 1, p. 10-28, jan. 2012.
- CHEUNG, S. Y.; PHILLIMORE, J. Gender and Refugee Integration: a Quantitative Analysis of Integration and Social Policy Outcomes. *Journal of Social Policy*, v. 46, n. 2, p. 211–230, 2017.
- CONNELL, R. PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *Cruzamento: raça e gênero* (painel 1). Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf
- FRAGA, Aline Mendonça; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Mobilidades no labirinto: tensionando as fronteiras nas carreiras de mulheres. *Cadernos EBAPE BR*, v. 18, n. spe, p. 757-769, 2020.



GOUVÊA, Josiane Barbosa; OLIVEIRA, Josiane Silva de. Por que branquitudes, por que (somente) agora? *Caderno de Administração*, Maringá, v.28, n.2, jul.-dez./2020.

HILARIO, C. T.; OLIFFE, J. L.; WONG, Josephine P.; BROWNE, Annette J.; JOHNSON, Joy L. "Just as Canadian as Anyone Else"? Experiences of Second-Class Citizenship and the Mental Health of Young Immigrant and Refugee Men in Canada. *American Journal of Men's Health*, v. 12, n. 2, p. 210–220, 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HWANG, Seonyoung; BEAUREGARD, T. Alexandra. Contextualising intersectionality: A qualitative study of East Asian female migrant workers in the UK. *Human Relations*, 2021, p. 1-16.

JONES, A. A silent but mighty river: the costs of women's economic migration. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 33, n. 4, p. 761–769, 2008.

KNAPPERT, L.; KORNAU, A.; FIGENGUL, M. Refugees' exclusion at work and the intersection with gender: Insights from the Turkish-Syrian border. *Journal of Vocational Behavior*, v. 105, Edição especial: SI, p. 62-82, apr., 2018.

MAYRHOFER, W.; MEYER, M.; STEYRER, J. Contextual issues in the study of careers. In: INKSON, K.; SAVICKAS, M. (Eds.) *Career Studies*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2012.

MILESI, R.; MARINUCCI, R. *Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros*. IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos. 8 nov. 2016. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes2/321-artigo-mulheresmigrantes-e-refugiadas-a-servico-do-desenvolvimento-humano-dosoutros>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MOREIRA, V. S. Migrações Femininas e a Nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 4, 2018.

MURRAY, D. A. B. The (not so) straight story: Queering migration narratives of sexual orientation and gendered identity refugee claimants. *Sexualities*, v. 17, n. 4, p. 451–471, 2014.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *ILO Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers: results and methodology*. International Labour Office- Geneva: ILO, 2015.

OLIVIUS, E. Constructing Humanitarian Selves and Refugee Others: Gender Equality and the Global Governance of Refugees. *International feminist journal of politics*, v. 18, n. 2, p. 270-290, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 2, 2008.

POSTER, W. R.; WILSON, G. Introduction: Race, Class, and Gender in Transnational Labor Inequality. *American Behavioral Scientist*, v. 52, n. 3, p. 295-306, nov. 2008.



SAYAD, Abdelmalek. *O que é um imigrante*. In: Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHERER, Laura Alves; PRESTES, Vanessa Amaral; GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Usos/desusos/abusos de termos sobre mobilidade internacional e trabalho: diálogos possíveis entre administração e antropologia. *Revista de Ciências da Administração*, v. 21, n. 55, p. 8-20, 2019.

SCHERER, Laura Alves. *Migração, Trabalho Imaterial e Subjetividade: (re)invenção dos modos de viver de migrantes e refugiados*. 2020. 231f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SIMÕES, A.; CAVALCANTI, L.; PEREDA, L. Movimentação do Trabalhador Migrante no Mercado de Trabalho Formal. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Imigração e Refúgio no Brasil*. Relatório Anual 2019. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

TEDESCO, J. C. O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. In: Fazendo Gênero 9 - Diásporas, diversidades, deslocamentos. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010.

VILELA, E. M.; COLLARES, A. C. M.; NORONHA, C. L. A. Migrações e trabalho no Brasil: fatores étnico-nacionais e raciais. *Rev. Bras. Ci. Soc.* v.30 n.87, São Paulo, 2015.

UNHCR, The United Nations Refugee Agency. *Global Trends - Forced Displacement in 2019*. UNHCR, 2019.

Immigrant and refugee work in the intersectional perspective: race/ethnicity, gender and class in debate

Abstract: Individuals who migrate from one place to another, since antiquity, were considered like “the others”. Such attributions, concerning the provisional character commonly attributed to immigration, limit their access to a full existence, and condition them to the status of non-belonging to that society. It is considered that markers related to race/ethnicity, gender and class substantially influence this dynamic. This article aims to discuss the work of migrants and refugees, considering the intersectional theory from the interlocution among race/ethnicity, gender and class. The intersectionality afford to take such markers inseparably, with mutual influence and, consequently, with implications in the migratory experiences related to work. It is argued that such articulation contributes as a theoretical-analytical proposal for studies on work in migration and refuge. The main contributions include: (i) racialization based on the migratory process, which homogenizes certain races / ethnic groups to the detriment of others, produces differences and new forms of discrimination and inequality; (ii) tensions of gender relations in the country of origin and destination, pointing to directions and oppressions in the labor market depending on gender; and (iii) social class mobility - upward or downward - resulting from migration and refuge, triggered together with the other markers.

Keywords: Migrants. Refugees. Work. Intersectional Theory.